

PARQUE ESTADUAL MORRO DO DIABO-SP: CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS DA VISITAÇÃO¹

BUENO, Fernando Protti²; CICARELLI, Thomaz³; GONÇALVES, Humberto Leite³; LAUBE, Michele³; SILVA, Milena Meira da³; PESSANHA, Rodrigo Salgado³;

¹ Trabalho final da disciplina de Ecoturismo II pela Universidade Estadual Paulista- UNESP.

² Mestre em Turismo e Hotelaria pela UNIVALI – Professor na UNESP- Câmpus Experimental de Rosana-SP. fbueno@rosana.unesp.br

³ Alunos de graduação em turismo pela UNESP- Câmpus Experimental de Rosana-SP. michele_laube@hotmail.com; milena_meirasilva@hotmail.com.

RESUMO

Este estudo busca caracterizar os impactos da visitação realizada dentro de uma Unidade de Conservação, assim como os efeitos indiretos relacionados a esses impactos. Impactos esses, que muitas vezes ocorrem em razão da falta de equipamentos, recursos humanos e financeiros, e a falta de conscientização de seus usuários. Nesta pesquisa obtemos como objeto de estudo o Parque Estadual Morro do Diabo, situado no município de Teodoro Sampaio, no oeste paulista. Parte-se do preceito que qualquer parque, estadual ou nacional que seja, não pode se compatibilizar com a ocorrência de impactos que ameacem sua integridade. Se eles existem é preciso identifica-los e conhece-los para assim poder evita-los.

PALAVRAS-CHAVE: Uso público em UC's; Impactos da visitação em UC's; Parque Estadual Morro do Diabo.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2006), um Parque Estadual ou Nacional tem como objetivo base, a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de recreação em contato com a natureza, e de turismo ecológico. A partir dessa definição, o SNUC apresenta três diferentes pontos para a concepção desses locais. O primeiro diz respeito a sua posse e domínio público, sendo as áreas particulares incluídas em seus limites, desapropriadas conforme previsto em lei. Em segundo instante, ele diz acerca das normas e restrições estabelecidas através do Plano de Manejo quanto à visitação pública. E por fim, a necessidade de uma autorização previa do órgão responsável pela administração do parque quanto a possíveis projetos de pesquisa nele desenvolvidos.

A visitação nesses espaços no Estado de São Paulo é regulamentada pelo Decreto nº 25.341, de 04 de junho de 1986, que institui o regulamento dos Parques Estaduais, definindo detalhadamente: as zonas características e as suas possibilidades de uso, o disciplinamento das atividades permitidas na área do Parque (pesquisa, educação, turismo, recreação) e a descrição daquelas proibidas, bem como as penalidades previstas para sua inobservância (FARIA, 2006).

O documento que orienta quanto aos objetivos de conservação do Parque é denominado Plano de Manejo, este é um documento imprescindível para a gestão de um Parque Nacional ou Estadual, pois é a partir dele que se definem as diretrizes para o gerenciamento dessa Unidade de Conservação. Nele deve estar documentada a finalidade e modo de uso do parque, e de maneira geral, apresenta o manejo de sua visitação, seus recursos naturais, e seu zoneamento. Sua efetiva implementação é importante, visto que um grande problema observado a partir da visitação nessas UC's têm sido o crescente impacto a partir de atividades desenvolvidas nesses espaços.

De acordo com Magro (1997), a importância do estudo dos impactos em unidades de conservação se deve, principalmente, por esses espaços representarem a proteção integral da biodiversidade, sendo uma barreira contra o avanço do desmatamento, com a oportunidade das populações tradicionais no seu interior poderem utilizar práticas sustentáveis, ecoturismo, garantia de serviços ambientais, pesquisa científica e geração de renda. Segundo Dines & Passold (2008), os impactos mais diretamente relacionados à visitação, como erosão, perda de cobertura vegetal, danos aos equipamentos e estruturas e insatisfação do visitante, são evidentes, e necessitam de um conjunto coerente e articulado de ações de manejo e gestão para trazê-los de volta a um padrão mínimo aceitável.

Neste estudo, a Unidade de Conservação em foco é o Parque Estadual Morro do Diabo (PEMD). Ele se encontra na categoria de unidade de conservação que é definida pelo SNUC (2014) como “uma área essencialmente não perturbada por atividades humanas, que compreenda características e ou espécies da flora ou fauna de significado científico”. De acordo com seu Plano de Manejo (2006), o PEMD vem oferecendo, desde o final dos anos 80, diversas opções de lazer, recreação e educação ambiental, com objetivo de promover uma articulação positiva na busca do

envolvimento e participação comunitária. Entretanto, atualmente observa-se a existência de fatores que restringem a gestão baseada em preceitos que respeitam a conservação da natureza e o acesso público ao bem natural. Dentre esses, se destaca a ausência de recursos humanos e financeiros, que se tornam fatores limitantes no desenvolvimento de diversas ações voltadas a seu uso.

A partir disso, diversos são os impactos visualizados no PEMD através de seu uso. O solo, vegetação e fauna são os primeiros três elementos a serem afetados. Por se tratarem de componentes ecológicos que estão inter-relacionados, o impacto em um elemento pode resultar em efeitos sobre vários outros. Sendo assim, este estudo visa discutir os impactos causados pelo uso público no Parque Estadual Morro do Diabo, muitas vezes em razão da falta de equipamentos, recursos humanos e financeiros, e a falta de conscientização de seus usuários. Parte-se do preceito de que qualquer parque, estadual ou nacional que seja não pode se compatibilizar com a ocorrência de impactos que ameacem sua integridade. Se eles existem é preciso identifica-los e conhece-los para assim poder evita-los. Espera-se que essa pesquisa possa servir como referencial ligado a temática, assim como instrumento de análise para a gestão do uso público do Parque em questão.

METODOLOGIA

Referente aos procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa, cabe enfatizar que o aprofundamento quanto as noções de Unidades de Conservação, Visitação e impactos, PEMD e outros temas tratados no estudo, foram consultados a partir de livros contidos nas bibliotecas da UNESP/ campus de Rosana, artigos relacionados à temática, e documentos gerados a partir de diferentes discussões a respeito do tema. Em relação à coleta de informações sobre a visitação realizada no Parque, foram consultados atuais gestores, guias e pesquisadores que atuam no PEMD, além de observação *in loco* através da visita a campo no período de junho a agosto de 2015.

DISCUSSÕES

IMPACTOS DA VISITAÇÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Os impactos negativos e positivos decorrentes da visitação em Parques estão diretamente ligados a danos potenciais ao meio ambiente e a comunidade, ou de maneira positiva, beneficiando a comunidade local sócio-economicamente e ambiental em nível local e regional. As atividades de uso público que podem ser em forma de visitação ou de pesquisa ocorrem em locais pré-determinados no processo de zoneamento, as alterações ocorridas pela implantação de trilhas são toleráveis e já estão previstas nas zonas destinadas a elas.

Os impactos mais diretamente relacionados à visitação, como erosão, perda de cobertura vegetal, danos aos equipamentos e estruturas e insatisfação do visitante são evidentes e necessitam de um conjunto coerente e articulado de ações de manejo e gestão, a fim de que a retome a um padrão aceitável (DINES, PASSOLD, 2008). Diante disso, Wallace (1995) entende que já que os impactos sobre os recursos de um parque geralmente são determinados pelo tipo e pelo comportamento e não pela sua quantidade, uma educação que promova comportamentos que reduzam os impactos é parte integral daquilo que se entende por capacidade administrativa.

A importância de minimizar os impactos advindos da visitação nos Parques estaduais e nacionais norteiam o manejo e gestão das atividades de visitação. Sempre que os impactos estiverem em desacordo com os pré-estabelecidos, novas ações devem ser realizadas para modificar a situação, reduzindo o impacto a níveis aceitáveis. "Impacto é o resultado inevitável do uso. Portanto não existe impacto zero: é importante estabelecer padrões realistas de impacto para cada situação." (DINES, PASSOLD, 2008, p. 52).

Os impactos negativos mais comuns gerados por atividades turísticas de visitação nos Parques podem ser: a perda de valores culturais tradicionais; conflitos entre usuários da comunidade e visitantes; supervalorização de imóveis e terras ao entorno; descaracterização da paisagem; poluição da água, do solo e do ar; alteração na reprodução; erosão e desmatamento de trilhas; entre outros. Os impactos ambientais da visitação ficam concentrados sobre as atrações e sobre os caminhos e trilhas, e também pode variar bastante de acordo com o meio de transporte utilizado na atividade.

No caso dos demais impactos gerados pela visitação, de acordo com Takahashi (1998 apud BARROS, 2003), as características de acesso, tipo de atividade oferecida e infraestrutura disponível em cada área definem um visitante típico para cada unidade, onde a faixa etária, o gênero, o grau de escolaridade e o tempo de permanência merecem especial destaque. Kinker (1999 apud BARROS, 2003) verificou que o tempo de permanência do visitante nos parques é diretamente proporcional ao

número de atrativos e atividades disponíveis, bem como ao nível de liberdade que o visitante tem para se movimentar pela área. Neste caso também cabe destacar que a presença de outros visitantes nas proximidades e seu comportamento, pode influenciar direta ou indiretamente a percepção de qualidade da experiência das pessoas. Esta sensação pode ocorrer quando o número, o comportamento ou a proximidade com outros indivíduos não correspondem às expectativas dos visitantes. Além disso, sinais evidentes de impactos como lixo, fogueiras e vandalismo também podem afetar a percepção dos visitantes e consequentemente a qualidade da sua experiência na área natural. (GRAEFE *et al*, 1990 apud BARROS, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em pesquisa realizada no Parque Estadual Morro do Diabo foi possível identificar que os impactos diretamente relacionados à visitação, foram a erosão, perda de cobertura vegetal, ruídos que prejudicam a observação e contemplação da fauna, danos aos equipamentos e estruturas, insatisfação do visitante, dentre outros já destacados. Esses impactos geram uma série de consequências como a compactação do solo e o aumento de processos erosivos, o que fragmenta ecossistemas; o surgimento de clareiras, de maneira que afugenta a fauna; o lixo deixado pelos visitantes aumentam a intoxicação dos animais, e que aumenta também o risco de incêndios. A partir disso, é evidente a necessidade um conjunto coerente e articulado de ações de manejo e gestão, a fim de que se cumpra sua finalidade como UC.

Como impactos positivos, destacamos a difusão de informação ambiental por meio de programas de educação ambiental, e sensibilização do visitante realizados no Parque durante determinado período; a manutenção e conservação das áreas do Parque a partir de geração de renda da visitação, além do aumento de renda da população local a partir das visitas realizadas no PEMD.

Como reflexo desses impactos, observou-se na administração do PEMD a falta de recursos humanos e financeiros, além da ausência de um Conselho Gestor atuante, e Plano de Manejo desatualizado, que se tornam fatores limitantes no desenvolvimento de diversas ações voltadas a seu uso. Dessa maneira, entende-se a crescente importância de estudos científicos aplicados a visitação, a fim de que haja um controle do que ocorre no parque, com programas que mensurem a magnitude desses impactos (positivos e negativos), e a aplicação de conceitos e monitoramento dos impactos que ocorrem ou possam ocorrer, já que esses princípios oferecem instrumentos para avaliar, classificar e categorizar cada tipo de impacto sofrido na Unidade de Conservação.

Entende-se que de fato não existe impacto zero, o uso gera o impacto, entretanto, é necessário que se desenvolvam políticas de mínimo impacto e uso sustentável a fim de que se conserve as características singulares do PEMD. Há de se estabelecer um planejamento contínuo, com a atualização do Plano de Manejo, em conjunto com modelos inclusivos de gestão baseados num modelo participativo. Por fim, cabe estabelecer ao visitante uma série de normas e atividades a serem seguidas, para que ele se sensibilize e cuide deste ambiente que também é dele, garantindo às futuras gerações o seu acesso.

REFERÊNCIAS

- BARROS, M. I. A. **Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2003.
- DINES, Milton; PASSOLD, Anna Júlia. Gestão e manejo da recreação em áreas protegidas: do zoneamento à ordenação das trilhas. In: COSTA, Nadja Maria Castilho; NEIMAN, Zysman; COSTA, Vivian Castilho (Orgs.). **Pelas trilhas do ecoturismo**. São Carlos: RiMa, 2008, p. 169-185.
- TAKAHASHI, Leide. Uso público em Unidades de Conservação. **Cadernos de conservação**. Curitiba, v.2, n.2, p. 01-40, out. 2004. 44 p.